

ERRATA

DESCONSIDERAR AS TABELAS 3 E 4 DA PÁGINA 41 E SUA ANÁLISE.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA – CRISP
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E
SEGURANÇA PÚBLICA**

JOSÉ RENATO BAZELENITZ PINHEIRO

**ANÁLISE, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DO PROJETO “REDE DE
VIZINHOS PROTEGIDOS” NO ÂMBITO DA 43ª CIA. DO 39º BATALHÃO DA
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

Belo Horizonte

2016

JOSÉ RENATO BAZELENITZ PINHEIRO

ANÁLISE, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DO PROJETO “REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS” NO ÂMBITO DA 43ª CIA. DO 39º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof.^a Amanda Matar de Figueiredo

Belo Horizonte

2016

JOSÉ RENATO BAZELENITZ PINHEIRO

**ANÁLISE, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DO PROJETO “REDE DE
VIZINHOS PROTEGIDOS” NO ÂMBITO DA 43ª CIA. DO 39º BATALHÃO DA
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

Prof.^a Amanda Matar de Figueiredo (Orientadora)

Prof. Dr. Luís Felipe Zilli do Nascimento

Belo Horizonte, _____/_____/_____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para realizar e concluir mais este trabalho;

À minha orientadora, Professora Amanda Matar Figueiredo, pela paciência e compreensão que teve com seu orientando;

Aos moradores do Bairro Água Branca, bem como ao presidente do CONSEP e aos demais participantes do Projeto “Rede de Vizinhos Protegidos”;

Ao Capitão Dioran pelo total apoio e auxílio que foram fundamentais para a realização deste trabalho e na busca de bons resultados.

RESUMO

Diante do alto índice de violência a que estão sujeitos os moradores do Bairro Água Branca situado no município de Contagem, mais especificamente no setor de policiamento da 43ª Cia. do 39º Batalhão da Polícia Militar, surgiu a necessidade de se buscar maior conhecimento acerca da aplicação da Segurança Pública na referida região. A partir de informações fornecidas pela Cia. citada, pelo presidente do CONSEP do referido bairro e pelos seus moradores, buscou-se conhecer um pouco mais sobre o Projeto Rede de Vizinhos Protegidos, que se baseia na solidariedade entre os moradores, ou seja, cada cidadão cuidando da segurança do outro e auxiliando à PMMG para maior segurança de todo o bairro. E embora seja um projeto que tem apresentado resultados positivos em vários bairros da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte), a Rede ainda se encontra em processo de aperfeiçoamento. Desta forma, este estudo tem por objetivo conhecer mais acerca da implementação, gerenciamento e eficácia do projeto mencionado.

Palavras-chave: Polícia Militar de Minas Gerais. Criminalidade. Rede de Vizinhos Protegidos. Segurança Pública. Água Branca, Rede de Vizinhos Protegidos.

ABSTRACT

In view of the high level of violence faced by residents of the Água Branca neighborhood in the municipality of Contagem, more specifically the policing sector of the 43rd CPA of the 39th BPM, there was a need to know about the functioning of public security in that region. Based on information provided by the 43rd Minas Gerais Military Police Agency, the CONSEP chairman of the said neighborhood and its residents, we sought to know a little more about the Protected Neighbors Network Project, which is based on solidarity among residents, That is, one taking care of the security of the other, assisting the PMMG in the Neighborhood Security. Despite being a Project that has been presenting positive results in several neighborhoods of the RMBH, (Metropolitan Area of Belo Horizonte), the Network is in the process of improvement. This monograph, therefore, carried out a study about the implementation, management and effectiveness of the mentioned project.

Keywords: Military Police of Minas Gerais. Crime. Network of Protected Neighbors. Public security. Água Branca, Network of Protected Neighbors.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Base Comunitária
BCM	Base Comunitária Móvel
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CG	Comando Geral
CIA.	Companhia
CONSEP	Conselho Comunitário de Segurança Pública
COPOM	Centro de Operações da Polícia Militar
DPO	Diretriz de Planejamento Operacional
PAC	Patrulha de Atendimento Comunitário
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
POG	Policciamento Ostensivo Geral
PPA	Patrulha de Prevenção Ativa
REDS	Registro de Eventos de Defesa Social
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
ZQC	Zonas Quentes de Criminalidade

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	TEORIA DAS OPORTUNIDADES DO CRIME	26
FIGURA 2	MAPA DOS SETORES DE POLICIAMENTO DA 43ª CIA. DO 39º BPM.....	30

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	QUESTÕES QUE CARACTERIZAM O MORADOR DO BAIRRO ÁGUA BRANCA.....	35
TABELA 2	QUESTÕES QUE CARACTERIZAM O PROJETO DE REDES DE VIZINHOS PROTEGIDOS.....	37
TABELA 3	TOTAL DE CRIMES REGISTRADOS NO BAIRRO ÁGUA BRANCA NOS PERÍODOS DE 2015 E 2016.....	41
TABELA 4	ESPECIFICAÇÃO DOS CRIMES NO BAIRRO ÁGUA BRANCA NOS PERÍODOS DE 2015 E 2016.....	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS E OS REFERENCIAIS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	14
2.1. Polícia e Comunidade	14
2.2. Policiamento Comunitário	18
2.3. Projeto Rede de Vizinhos Protegidos	20
3. PROJETO REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM/MG	29
3.1. Descrição do Bairro Água Branca, de seu perfil de criminalidade e da atuação da PMMG na localidade	29
3.2. Definição do CONSEP	32
3.3. O projeto Rede de Vizinhos Protegidos no Bairro Água Branca	33
4. RESULTADOS PRETENDIDOS, ALCANÇADOS E ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA REDE EM ATUAÇÃO	35
5. CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS	46
ANEXO A – CARTILHA CONTENDO ORIENTAÇÕES DE SEGURANÇA RESIDENCIAL DISTRIBUÍDA PELA PMMG À COMUNIDADE E UTILIZADA PELO PROJETO REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS.....	46
ANEXO B – MODELO DE PLACA PARA RESIDÊNCIAS PARTICIPANTES DO PROJETO REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA DA PMMG.....	47
ANEXO C – CARTA-CONVITE DO PROJETO REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS DISTRIBUÍDA PELA PMMG À COMUNIDADE.....	48
APÊNDICES	49
APÊNDICE A - Questionários utilizados para coletar dados junto aos moradores.....	49
APÊNDICE B - Questões direcionadas ao Presidente do CONSEP e ao Líder comunitário.....	52

1. INTRODUÇÃO

Em detrimento do alto índice de criminalidade e violência que a população do Estado de Minas Gerais enfrenta e uma vez que estas aumentam cada vez mais, as instituições de segurança pública dentre suas responsabilidades e competências, vêm buscando frear tal situação avassaladora, através de ações inovadoras na tentativa de proporcionar mais segurança à população do estado.

Diante de tal cenário, surgiu a necessidade de se discutir sobre a atuação das modalidades da Segurança Pública em Minas Gerais, na tentativa de auxiliar a busca por alternativas para frear a crescente criminalidade que tem assolado a população de nossas cidades.

Com base nisso, o presente trabalho tem como objetivo explicar sobre uma estratégia de atuação preventiva implantada pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) por meio da 43ª Cia. do 39º Batalhão da Polícia Militar (BPM), em sua área de atuação no Bairro Água Branca, pertencente ao município de Contagem, Minas Gerais. Tal estratégia é consubstanciada na implementação do projeto denominado “Rede de Vizinhos Protegidos”, que busca promover uma relação mais próxima entre a Polícia e a Comunidade por meio da implantação de ações preventivas de monitoramento e mobilização comunitária para as questões de segurança local.

Sendo Contagem uma das cidades mais violentas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), é dada a relevância do estudo a iniciativas como a Rede, implantada como mais uma estratégia para conter a criminalidade e trabalhar a sensação de segurança da comunidade. Para tanto, é necessário conhecer melhor a proposta do projeto “Rede de Vizinhos Protegidos”, bem como analisar a parceria Polícia-Comunidade na segurança pública que é a base de sua concepção.

Minas Gerais, a partir de suas premissas de policiamento comunitário, que é a filosofia de atuação por excelência da instituição PMMG hoje, vem buscando a fundo efetivar novas formas e modalidades para realizar e promover a segurança pública. Dentre estas podemos citar: a patrulha do bairro, patrulhamento escolar, patrulha rural e uma nova modalidade que atualmente tem auxiliado diretamente à polícia aos seus integrantes a transmitirem uma maior sensação de segurança à população - a “**Rede de Vizinhos Protegidos**”.

Esta consiste na adoção de procedimentos pré-definidos que são implementados nas ruas de alguns bairros dos Municípios da RMBH, apresentando custos relativamente baixos e possibilitados pela aliança com a população local, o que vem demonstrando a cada dia um melhor resultado no combate à criminalidade.

Tais métodos, além do objetivo prioritário que é o de devolver a sensação de segurança à população através de um modo mais presente e eficiente, também tem outro fator preponderante: a aproximação da sociedade civil aos órgãos de segurança pública, conseqüentemente, com um maior grau de satisfação da população e proporcionando assim um policiamento voltado para a obtenção de melhores resultados.

A população, em seu cotidiano, coleta informações sobre segurança pública e também sobre ocorrências de criminalidade e violência nas proximidades de sua residência, trabalho ou de seu lazer de um modo geral através das pessoas de seu ciclo de convívio, sendo estas reforçadas pelos meios de comunicação e da mídia existentes em nosso cotidiano. Contudo os meios de comunicação dão conta do aumento da criminalidade, às vezes, de uma forma distorcida e errônea, o que contribui para a promoção ou o aumento da descrença no papel da segurança pública e principalmente na atuação da PMMG.

A Polícia Militar é a única instituição presente nos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, atuando diuturnamente no cotidiano da população mineira, fazendo frente a todos os tipos de ocorrências que fogem à normalidade da população e a fatos que vão dos mais simples aos mais complexos que, de certa forma, interferem no controle da regularidade. Tais episódios desestruturam psicologicamente a população pacífica, ou seja, trazem sensação de insegurança e alocam uma má reputação à polícia, que não está conseguindo realizar sua tarefa constitucional que é o policiamento ostensivo preventivo, muito menos auxiliar as demais forças de segurança pública do Estado. E a má reputação foge ao que é preconizado pela referida instituição bicentenária, que tem como princípios basilares a Ética e a Moral, primando pelos Direitos e garantias fundamentais de todos atendendo à nossa Carta Magna.

A realização deste trabalho foi baseada no levantamento bibliográfico e documental a respeito do assunto através de livros, legislações, documentos e informações contidas em sites da PM, bem como trabalhos acadêmicos relacionados ao tema, sua implementação, aplicação e benefícios

possíveis ao Bairro Água Branca e, por meio de entrevista feita com alguns moradores sobre seus conhecimentos, aplicabilidades, funcionalidade e interatividade com o referido projeto. Para tanto, foi desenvolvido um questionário direcionado aos moradores e, inclusive ao presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP) onde há questionamentos sobre policiamento comunitário, e particularidades a respeito do projeto “Rede de Vizinhos Protegidos”.

A coleta de dados se deu por meio de um questionário semiestruturado que foi aplicado a 10 moradores do bairro a fim de verificar a percepção dos mesmos quanto aos benefícios proporcionados pela implantação do projeto. E também foi realizada uma entrevista com o presidente do CONSEP do Bairro Água Branca para e buscar informações sobre o andamento do projeto em estudo.

Para explicar sobre nossa metodologia citamos Gil (2008) que enfatiza:

[...] o estudo de caso é caracterizado por uma análise profunda e minuciosa de um ou poucos objetos de estudo e que a investigação levada a efeito possibilitará o entendimento de sua generalidade ou estabelecimento de bases úteis para o momento de uma investigação posterior, a qual caracterizará por ser mais sistemática e precisa. O propósito desse tipo de pesquisa é o de proporcionar uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que o influenciam ou são influenciados por ele.

O presente trabalho está estruturado em 5 sessões, sendo que além desta introdução irá trazer na sessão 2 os dados bibliográficos que embasarão a presente pesquisa, a sessão 3 onde será apresentado o caso analisado, descrevendo o bairro Água Branca, bem como dados da implantação do projeto de Rede de Vizinhos Protegidos no bairro. A sessão 4 trará os resultados, discussões e análise da participação da população no projeto e as perspectivas de sucesso na implementação do mesmo, utilizando de dados coletados através de entrevistas e questionários. A sessão 5 por fim, trará as conclusões e algumas sugestões para trabalhos futuros.

2. REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS E OS REFERENCIAIS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

2.1. Polícia e Comunidade

Durante muitos anos as forças de segurança pública, destacando a PMMG por ser a mais expressiva e devido a possuir o maior número de servidores no Estado, sempre foram vistas pela maioria da sociedade como sendo arbitrárias e truculentas, embora tal visão seja errônea e equivocada.

Cada vez mais, a instituição vem buscando superar o passado de conflitos em prol de uma atuação mais próxima da sociedade procurando atender aos anseios e demandas da mesma. Amparando e norteando suas ações em cima da discricionariedade, legalidade e proporcionalidade, procurando servir proteger e promover segurança pública de qualidade. Retomando a cada dia a confiança e a credibilidade mostrando e comprovando aos membros de nossa sociedade que juntos somos mais fortes no combate à criminalidade, a todo momento trabalhando para reafirmar seu cartão de visita: *‘Nossa profissão...sua vida’*.

Uma “repolitização”, mais nítida após os anos 1960, torna-se fonte de intensa pressão por inovação institucional, ou seja, para que a polícia possa se adequar às exigências democráticas (um modelo de exercício democrático mais participativo, em que a noção de cidadania se alarga) e do Estado de Direito (respeito aos Direitos Humanos, o que significa coibir qualquer tipo de abuso da autoridade policial). Em resposta a esses desafios, departamentos de polícia de várias partes do mundo vêm buscando implementar programas que têm como característica comum uma abordagem comunitária, ou seja, uma reaproximação com o público em cada localidade (HENRIQUES, 2011, p. 23).

Conforme o Capítulo III, Arts. 14 e 15 do Estatuto do Pessoal da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais é função do Policial Militar:

Art. 14 - Função policial-militar é exercida por oficiais e praças da Polícia Militar, com a finalidade de preservar, manter e restabelecer a ordem pública e segurança interna, através das várias ações policiais ou militares, em todo o território do Estado.

Art. 15 - A qualquer hora do dia ou da noite, na sede da Unidade ou onde o serviço o exigir, o policial-militar deve estar pronto para cumprir a missão que lhe for confiada pelos seus superiores hierárquicos ou impostos pelas leis e regulamentos (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, Estatuto, 1969).

O servidor que presta o serviço de segurança pública já deve ter embutido em seu consciente que prestar e servir à sociedade são os pilares de seu trabalho e que isso não pode ser feito individualmente, mas sim contando com apoio de outros órgãos e demais pessoas da comunidade. Com tal atitude a PMMG alcançará a confiança dos demais grupos dentro da sociedade, através da convivência harmônica, além de atingir melhores índices e aproveitamentos.

No atual contexto, independente do lugar do mundo onde se more, um indivíduo não consegue viver só, mesmo que não conviva em uma grande sociedade, no mínimo ele fará parte de uma pequena comunidade. Pode-se dizer que sociedade é um termo utilizado para um contexto maior, direcionado para uma cidade grande, um estado ou até mesmo um país. Nela pessoas convivem entre si sem algum elo sentimental, apenas de convivência e muitos nem se conhecem, somente vivem em sociedade devido a normas e regras estipuladas pelo Direito.

Sobre essa diferença de sociedade e comunidade, Emídio acrescenta:

Ao se referir a esta noção a sociologia coloca em destaque inicial o pensamento do sociólogo alemão Ferdinand Tonnies com a sua obra publicada em 1887 denominada *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Nesta obra o autor distingue o que é comunidade do que é sociedade mostrando mesmo uma oposição entre estas duas noções: na comunidade a relação social natural é baseada na afetividade; na sociedade a relação social é artificial visando um objetivo (EMÍDIO, 2011, p. 21).

Independente de qual seja a relação existente entre as pessoas, estas conseguiram vislumbrar que a convivência entre os demais integrantes de uma comunidade é extremamente necessária, e que através dessa necessidade acabam por ajudar umas às outras, trazendo reflexos positivos em diversos campos da vida, seja no lazer, segurança, educação e demais atividades sociais que todos usufruem no seu dia a dia, consolidando cada vez mais o convívio em sociedade.

De acordo com Foucault:

Importa estabelecer as presenças e as ausências, sabe onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2007, p. 123).

Ferreira (2011, p. 33) apresenta um pensamento de que a Justiça é base para a consolidação da sociedade:

Desde os gregos e dos primeiros cristãos, o anseio pela justiça narra o indestrutível anseio do homem pela felicidade. É justa uma ordem social capaz de fazer felizes todos os que são sujeitos. Se o homem como ser social, não é capaz de encontrar a almejada felicidade como indivíduo isolado, a busca na sociedade. A justiça é a felicidade socializada.

Através deste pensamento, pode-se entender que para se alcançar a felicidade é necessário que o sujeito conviva com seus semelhantes e, é essencial que a justiça prepondere dentro da coletividade.

Dessa mesma forma, a busca por segurança pública nas cidades e comunidades, onde por mais que se busquem meios e formas de combater os atos ilícitos dos cidadãos infratores, nada melhor do que a interatividade entre as pessoas para desencadear um processo de segurança objetiva no combate à criminalidade e à violência.

De acordo com Emídio:

Pretende-se nesta seção aprofundar algumas modalidades do serviço da polícia desde o momento histórico que se acreditava ser a segurança pública responsabilidade exclusiva da polícia até a atual realidade, na qual se acredita a necessidade de se compartilhar responsabilidades, no sentido de que sociedade e polícia devem se unir para identificar e resolver os problemas relacionados à segurança pública. (EMÍDIO, 2011, p. 33)

Diante da recente ideia de socializar a segurança, uma instituição do porte da PMMG não poderia deixar de acompanhar as inovações, por isso busca aperfeiçoar sua forma de fazer segurança. Foram criadas várias modalidades de policiamentos específicas para resolução de problemas diversos, ou seja, para cada eventualidade é necessário um tipo específico de policiamento.

Em consonância com essa ideia, Henriques argumenta:

A mobilização social é aqui entendida dentro do contexto contemporâneo, onde o exercício político democrático demanda a movimentação dos cidadãos. A relação entre Estado e Sociedade Civil pressupõe uma organização de grupos de cidadãos que, reunidos em torno de causas de interesse público, compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades sobre diversas questões que os afetam. Uma democracia participativa e deliberativa pressupõe uma inovação no desenho das instituições públicas e no seu modelo de comunicação, que deve incorporar a

necessidade de interlocução permanente com os cidadãos, não apenas no plano individual, mas principalmente no plano coletivo (HENRIQUES, 2011, p. 16).

E Emídio acrescenta:

Pessoas que se mobilizam para discutir e deliberar acerca de determinado assunto, não retiram do Estado a sua função de garantidor da integração e do bom funcionamento da sociedade. Logo, sociedade e poder público podem ser bons parceiros para a resolução de problemas (EMÍDIO, 2011, p. 08).

Nas constituições democráticas, base para um Direito em que o poder político emana do povo e não da pessoa jurídica de Direito Público Externo, o Estado, o conceito de dignidade também se relaciona com a ideia de solidariedade (EMÍDIO, 2011, p. 52).

Foi vislumbrado que, existindo maior aproximação entre a PMMG e a sociedade - esta saindo da sua modalidade passiva e participando de uma forma mais ativa - os resultados provenientes de tais esforços em conjunto trariam melhores resultados para ambas as partes.

A partir da remodelagem do patrulhamento ordinário, passando para uma forma mais intensiva e eficiente do policiamento voltado para a população, o trabalho seria melhor desempenhado através de informações repassadas pela própria população, objetivando a resolução dos problemas daquela comunidade de uma forma mais rápida e eficaz.

Goldstein (2003 *apud* Henriques, 2011, p. 9) pondera: “em uma sociedade livre, pela natureza estrita de suas funções, a polícia é uma anomalia, no entanto, para manter o grau de ordem que torna possível uma sociedade livre, a democracia depende de maneira decisiva da força policial”.

E de acordo com o texto constitucional: “A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio...”(BRASIL, CF, 1988). Partindo do princípio de que a segurança pública é direito e responsabilidade de todos, chega-se à conclusão de que a sociedade como um todo é parte sólida e indispensável nas políticas de segurança pública, não podendo de forma alguma se excluir ou mesmo abster da sua participação, pois é pré-requisito no assunto segurança pública.

2.2. Policiamento Comunitário

O policiamento comunitário basicamente é uma modalidade de policiamento que procura uma maior proximidade da sociedade, buscando rotineiramente junto e com auxílio dos membros da sociedade soluções para problemas de segurança pública, dentre outros que possam ser relativos à segurança, tendo como público alvo o cidadão e o bem estar social.

Para tanto, a PMMG vem realizando uma eterna busca por parceiros nesta modalidade, demonstrando que existe a possibilidade de trabalho em conjunto e parceria entre a polícia, a sociedade e demais órgãos de serviço do Estado para efetivamente executarem medidas e programas de segurança com maior aproveitamento e êxito no fornecimento de segurança pública.

Além de se empenhar na conquista de seu objetivo primário que é fazer e promover segurança à comunidade local, o policiamento comunitário propõem a inclusão da sociedade nas ações de segurança pública proporcionando uma redução do temor dos cidadãos e maior aproximação junto ao Estado e seus demais serviços sociais de emergência.

A premissa é que a polícia não pode lidar sozinha com o problema do crime. Para construção de uma estratégia de polícia comunitária devem ser buscados como objetivos: parceria, fortalecimento, solução de problemas, prestação de contas e orientação para o cliente (PMMG, 52º BPM, [1990], p.1).

A essência da polícia comunitária nada mais é do que a valorização e capacitação dos demais componentes da sociedade para um melhor auxílio e participação evidente nas tomadas de decisão do policiamento. Poder decisório, criativo e inovador devem ser encorajados não só na polícia, mas também em pessoas da sociedade que possam ter papel de destaque no auxílio ao combate à criminalidade.

A polícia comunitária é o final de um movimento contínuo de reformas operacionais, que começaram nos anos 60 com o *teampolicing* (policiamento de grupo) e o *neighborhoodwatch* (vigilantes de bairro). A premissa é que a polícia não pode lidar sozinha com o problema do crime. [...] A polícia deve trabalhar em parceria com a comunidade, com o governo, outras agências de serviço e com o sistema de justiça criminal. A palavra de ordem deve ser: Como podemos trabalhar juntos para resolver este problema? Portanto, as lideranças da comunidade devem estar envolvidas em todas as fases do planejamento do policiamento comunitário. (PMMG, 52º BPM, [1990], p.1).

O policiamento comunitário foi definitivamente implementado nas fileiras da PMMG na década de 90, instituída através da Diretriz de Planejamento Operacional (DPO) 3008/93. Policiamento este criado para que fossem quebradas algumas barreiras existentes entre a polícia e a sociedade. E de certa forma para que o policiamento estivesse mais próximo das comunidades e pessoas, estas sabendo e se inteirando das verdadeiras demandas e necessidades da população e dos locais onde vivem. Ocasionalmente assim, um maior sentimento de segurança em seus bairros e residências e, atualmente podendo mencionar dois tipos de policiamento mais frequentes no auxílio à sociedade como um todo: a Patrulha de Atendimento Comunitário (PAC) e a Base comunitária/Base Comunitária Móvel (BC/BCM).

A PAC (Patrulha de Atendimento Comunitário) é o tradicional instrumento de rádio patrulhamento, em que uma dupla de policiais militares atua no processo motorizado em veículo de quatro rodas, segundo iniciativa de seus integrantes, atendendo a pedidos formulados diretamente pela comunidade ou mediante empenho pelo sistema de tele atendimento de emergência policial; seu objetivo é resolver conflitos interpessoais, dar assistência emergencial e colaborar para a preservação da ordem pública.

A BC (Base Comunitária) ou a BCM (Base Comunitária Móvel) é um serviço preventivo prestado por uma equipe de policiais-militares para aplicação do “policiamento orientado para o problema” com o apoio da comunidade, que utiliza como referência uma edificação policial militar ou uma viatura - tipo trailer ou van adaptados - e outros processos, tais como: a pé, de ciclo patrulha, de motocicleta e motorizado. Tem como missão executar o policiamento ostensivo geral personalizado, conforme necessidade de cada comunidade para identificar, analisar e responder aos problemas de segurança pública e melhorar a qualidade de vida da comunidade local. (PMMG, PORTFÓLIO OPERACIONAL, [20--], p. 1).

Percebendo a necessidade de reaver sua credibilidade e consideração frente à população, a PMMG decidiu mudar o norte criando, no início dos anos 90, a modalidade de Polícia Comunitária, mesmo com 20 anos de criação da modalidade da Polícia Comunitária, este ainda é um tipo de policiamento tecnicamente novo, tendo em vista que a PMMG tem mais de duzentos anos de existência. Por ser uma modalidade moderna de policiamento, com um tipo de atuação inovador, ainda há grandes expectativas de que a Polícia Comunitária tenha algum tipo de resistência, tanto por parte do público interno quanto pela parte do público externo.

De acordo com o Manual de Policiamento Comunitário (2009):

Sem a colaboração do público a polícia não pode melhorar seu desempenho e essa colaboração exige confiança. A experiência tem demonstrado que o policiamento comunitário é um caminho seguro para se reconstruir a confiança e credibilidade do público na polícia (PMMG, 2009, p. 10).

Além das ações já consolidadas de emprego operacional buscando uma maior aproximação com a comunidade como enfatizado anteriormente, a PMMG vem desenvolvendo, dentro de seu Portfólio Operacional, diversos outros projetos com finalidades específicas que mobilizam parcelas da comunidade em prol da segurança. Assim é que o projeto “Rede de Vizinhos Protegidos” ganhou espaço no Portfólio como uma modalidade de interação Polícia-Comunidade em prol de ações preventivas bem objetivas cujos resultados a instituição já apura como positivos. Nesse sentido, a próxima subseção será dedicada à apresentação das premissas técnicas desenvolvidas pela PMMG para o projeto, de forma que seja possível, na sequência, o estudo do caso da implantação do projeto no Bairro Água Branca, em Contagem/MG.

2.3. Projeto “Rede de Vizinhos Protegidos”

Na tentativa de redução da incidência de crimes nos bairros e comunidades em 2004, o então Major, atualmente Coronel Idzel Mafra Fagundes idealizou o projeto “Rede de Vizinhos Protegidos”, que foi implementado através da Instrução Normativa 3.03.11/2011 – CG, e se baseia na redução da criminalidade através da solidariedade entre os vizinhos. Este foi o tema escolhido para aprofundamento neste trabalho, uma vez que chega mais próximo da realidade de interseção entre Polícia e Comunidade.

O Manual de Polícia Comunitária faz menção ao Projeto “Rede de Vizinhos Protegidos”, apresentando, sucintamente, o resumo e o objetivo deste.

Conforme o Manual de Polícia Comunitária (2009), na busca da redução e prevenção de ocorrências dos crimes de assalto e furtos, policiais vinculados ao projeto citado instruem moradores acerca das táticas coletivas de assistência, prevenção e sobre a importância dos moradores levarem ao conhecimento da polícia as suspeições que percebem na vizinhança.

A Polícia Militar de Minas Gerais desenvolveu mais uma nova metodologia de intervenção visando à redução dos índices de criminalidade e principalmente a melhoria de sensação de segurança do cidadão de bem, denominada “Rede de Vizinhos Protegidos”.

(...)

Busca-se, por meio da filosofia de polícia comunitária, conquistar a confiança das pessoas, baseando-se no fato da natureza humana considerar que quando é defendida coletivamente uma ideia, esta exerce maior influência do que quando é exposta solitariamente (PMMG, 2011, p. 8 e 9).

O projeto é uma parceria da PMMG com as associações de bairros para promover uma maior aproximação das pessoas que convivem em sociedade nestes locais. A ideia central é que vizinhos protejam seus demais vizinhos e que esta seja uma relação recíproca, ou seja, segurança compartilhada. Todos os componentes da rede fazem sua segurança e dos demais vizinhos, participantes e das pessoas que convivem no espaço compreendido e adjacências ou limítrofes da rede. Cada componente de uma rua ou bairro pode participar diretamente na segurança alheia auxiliando na prevenção junto aos componentes de uma rede reduzindo assim, a criminalidade nos limites da rede.

O projeto Rede de Vizinhos Protegidos é o "SIM" da polícia em dar as mãos aos moradores, unir-se aos elos da corrente, proporcionando a cada quarteirão, através de visitas rotineiras, num clima de autoconfiança, de paz e segurança revestida de amizade e compreensão. A Rede de Vizinhos Protegidos é uma tecnologia de prevenção criminal de baixo custo, cujos resultados são de curto prazo (PMMG. 13º BPM, [20--]).

Conforme o que pode ser vislumbrado na Instrução da “Rede de Vizinhos Protegidos”:

A ideia essencial será vizinho protegendo vizinho, oportunidade em que cada pessoa passará a ser uma “câmera viva” atuando de forma mútua e comprometida, alertando a todos os componentes do laço sobre a presença de pessoas e veículos suspeitos, por intermédio de sinais sonoros, e outras estratégias, impedindo que infratores se utilizem do fator surpresa, dificultando, assim, sua atuação. Dessa forma sempre deverá haver uma conexão com a polícia, garantindo o repasse de informações diretas aos agentes que compõem o sistema de defesa social, que por sua vez, direcionarão suas atuações pontualmente onde for necessário (PMMG, 2011, p. 09).

A rede normalmente se inicia com um pequeno grupo de pessoas, que gradativamente consegue perceber que resultados positivos podem ser alcançados. Aos poucos os grupos vão se consolidando e criando medidas que irão auxiliar diretamente na resolução dos problemas de criminalidade local, até que seja criada uma efetiva “Rede de Vizinhos Protegidos”.

Emídio relata que:

[...] Neste quadro pode-se incluir a Rede de Vizinhos Protegidos, formando um grupo restrito de moradores em um espaço territorial determinado na busca de reconhecimento do seu próximo, de solidariedade, de interação entre seus membros (EMÍDIO, 2011, p. 23)

A organização da rede é constituída de cinco a dez casas limítrofes. Trata-se de uma rede complexa, assim, uma mesma casa pode pertencer a duas ligações que têm como finalidade integrar todos os membros de uma mesma comunidade. Para alcançar êxito com essa

iniciativa é necessário que todos vizinhos se conheçam, conheçam os hábitos uns dos outros e mantenham contato recíproco e com certa constância. Alcançarão sucesso no projeto se a rede mantiver organização, efetiva participação e boa estruturação.

A “Rede de Vizinhos Protegidos” trabalha com o reforço de procedimentos simples, mas eficazes, que são constantemente divulgados em meios de comunicação e diretamente para a comunidade pela PMMG, por meio de cartilhas (Vide Modelo no ANEXO A), tais como:

- Ao planejar uma viagem, avisar o vizinho quanto tempo pretende ficar fora, pois muitas das vezes ele é equiparado a um parente próximo, podendo constantemente manter uma vigilância da residência. A instrução da PMMG menciona que o vizinho é uma “câmera viva”, que a todo o momento está observando as proximidades do bairro e da residência do outro;
- No período de férias, pedir ao vizinho para recolher as correspondências, regar as plantas, ou seja, demonstrar aos estranhos que existe uma movimentação no imóvel;
- Identificar e denunciar a presença de veículos desconhecidos, pessoas em atitude suspeita nas proximidades das residências, barulhos e movimentação diferentes na casa do vizinho, dentre outros procedimentos simples que irão auxiliar na vigilância constante da vizinhança e do bairro.

Essas são algumas das pequenas atitudes que trazem resultados, pois inibem a atuação de cidadãos infratores no cometimento de suas inúmeras ações criminosas, sejam elas contra o patrimônio ou contra a pessoa. Em consonância com tais informações, Batella e Lopes explanam:

A Rede de Vizinhos Protegidos surgiu de experiências da Polícia Militar de Minas Gerais na própria comunidade, onde os vizinhos eram mobilizados para o envolvimento com questões de segurança. O trabalho passa pela conscientização de que, organizada, a comunidade se torna mais forte. Essa organização envolve a vinculação a uma base territorial, na maioria das vezes o bairro, e a articulação em rede, onde os nós são as próprias residências (BATELLA e LOPES, 2010, p. 186).

A consolidação do projeto da “Rede de Vizinhos Protegidos”, que conta com a interação entre polícia e comunidade, é capaz de contribuir para o combate à violência e para a criação de um ambiente de paz social determinante para a melhoria da qualidade de vida.

Ainda de acordo com Batella e Lopes (2010) esse empreendimento envolve a conexão de uma rua ou um bairro, articulados em uma rede, onde as amarrações são as próprias casas. A partir disso, reuniões periódicas são realizadas para aprofundar o conhecimento mútuo, principalmente dos hábitos dos moradores para aprofundar o conhecimento recíproco, principalmente dos costumes dos circunvizinhos.

É importante salientar que as “Redes de Vizinhos Protegidos” podem abranger também os estabelecimentos comerciais, condomínios e outras modalidades de propriedades, até mesmo no meio rural. Em locais mistos, onde há comércios e residências, por exemplo, todos devem se integrar. Em locais onde prevalecem estabelecimentos comerciais, estes deverão criar estratégias específicas, pois os horários de funcionamento e os interesses costumam ser semelhantes, a motivação é geral e a parceria também é possível. A forma de criação de laços, nesses casos, deve se proceder da mesma forma (PMMG, 2011, p. 18).

Este projeto trabalha com o conceito de redes para articular as interações entre os moradores, e colocar as residências como elos, amarras, dessas redes. Pontos a partir dos quais as informações, atitudes vigilantes e comportamento preventivo com o passar do tempo serão procedimentos comuns no cotidiano dos participantes onde as redes encontram assento.

Há também, outra divisão em sub-redes que podem ser distribuídas em quatro aspectos de verificação:

- Contatos de uma residência para outra;
- Vigilância mútua: que é verificação de movimentações duvidosas nos arredores da residência;
- Identificação: que consiste na identificação de imóveis que participam do projeto, através de uma placa afixada na frente do imóvel;
- E de proteção, vizinhos exercendo a função de proteção com outros vizinhos, observando quem entra e sai da casa.

As sub-redes consistem, portanto, no desenvolvimento de uma corrente de contatos de um imóvel para o outro. São estabelecidos entre os componentes da rede um formato de ação, ou seja, como será feito o contato: “de quem para quem, a escala, horários, frequência, senha e outros fatores relevantes” (PMMG. Instrução da Rede de Vizinhos Protegidos, [s.d.], p. 19).

As sub-redes de verificação caracterizam-se por ser uma forma contínua de contato dos moradores das residências ou comércios existentes nas redes. Através deste contato

permanente e conhecimento dos participantes é estipulada a forma de emprego e atuação da rede em procedimentos específicos do tipo: horários de entrada, saída de moradores, funcionários ou prestadores de serviço e demais frequentadores das residências, estipular formas de contato e procedimentos em caso de risco eminente ou perigo. Podendo ser feita através dos meios de comunicação mais fácil estipulado pelos participantes da rede.

A ideia das sub-redes de vigilância mútua é ter atenção e vigilância constante a movimentações nos perímetros da rede, pessoas desconhecidas e veículos em atitude suspeita. Dando maior atenção às casas de moradores em férias ou viajando, residências desocupadas, terrenos vagos que são possíveis locais de esconderijo de andarilhos, usuários de drogas e marginais daí se faz o acionamento da polícia à menor demonstração de intranqüilidade ou suspeita. Além da vantagem de cada morador da localidade onde a rede está instalada funcionar como uma “Câmera Viva”, sendo a observação explícita, acontecendo em tempo real e possibilitando que o sinal de perigo possa ser dado através de sons (apito por exemplo), através de códigos combinados semanalmente, através de lâmpadas instaladas nas casas com seus interruptores ligados nas casas vizinhas; e em caso de necessidade, um vizinho aciona o outro e este, a PMMG; e assim é feita uma agitação barulhenta através de toda a rede, em caso de abordagem criminosa, ou outras formas a serem acertadas entre os vizinhos e a PMMG.

Segundo as sub-redes de identificação, todas as casas, prédios, comércios e ruas participantes deverão ter afixadas as placas personalizadas de maneira ostensiva que demonstrem a participação daquela rua, estabelecimento ou residência, no projeto da “Rede de Vizinhos Protegidos” com a Polícia Militar, conforme ANEXO B.

Os moradores das residências que não tenham a placa de identificação, mas que pertençam à determinada rede de vizinhos devem ser convidados por integrantes da rede a conhecerem mais de perto o projeto por meio de informações repassadas pelos próprios participantes, nas reuniões periódicas, para se juntarem aos demais integrantes objetivando promover e incentivar a adesão ao programa. Tal incentivo é feito demonstrando a esses moradores os resultados obtidos e pretendidos com a implementação do projeto, por meio de carta-convite no ANEXO C do presente trabalho.

De acordo com a instrução nº 303.11/2011– CG as placas de identificação das residências participantes da Rede são padronizadas e os moradores envolvidos devem adquiri-las em qualquer estabelecimento devidamente credenciado. Observa-se também que tais placas devem ser adquiridas diretamente pelo morador, sem que haja comercialização do material por parte da instituição.

A lógica das sub-redes de proteção é que, além da vigilância feita pelo patrulhamento ostensivo, rua e bairro, do monitoramento dos demais vizinhos da rede, é necessário uma vigilância mais próxima e recíproca dentro de cada residência realizada pelos próprios moradores e frequentadores, ou seja, os moradores da residência verificam sempre a entrada e a saída de pessoas proporcionando aos demais moradores uma maior segurança. Quando não tiver alguém de sua casa, a verificação deverá ser feita por uma das pessoas que fazem parte da sua “Rede de Vizinhos Protegidos”.

De acordo com Soares (2007), para a implementação da “Rede de Vizinhos Protegidos”, serão necessárias, adoção de procedimentos, a saber:

- Participar das reuniões com a Comunidade e a PM;
- Construir sempre mais laços da Rede de Vizinhos Protegidos;
- Conversar com todos os membros da família, inclusive empregados, sobre medidas de segurança;
- Acionar a PM nos casos de pessoas suspeitas ou possíveis ações de marginais;
- Participar do Conselho Comunitário de Segurança Pública – CONSEP;
- Monitoramento eletrônico e/ou outras medidas necessárias para reforçar a segurança.

Ações para formação do laço da Rede:

- ❖ Definir os integrantes do laço;
- ❖ Marcar a primeira reunião;
- ❖ Conhecer os vizinhos;
- ❖ Compartilhar com os integrantes todas as formas de contato;
- ❖ Compartilhar com os integrantes os principais hábitos;
- ❖ Combinar, testar e praticar os sinais por sons tipo apito;
- ❖ Manter padronização dos sinais da Rede;

- ❖ Definir regra para entrada de pessoas na residência (leituristas, prestadores de serviço, vigilância sanitária etc.);
- ❖ Definir o Cronograma de reuniões de ponto de controle;
- ❖ Incentivar a criação de novos laços da Rede;
- ❖ Repassar as ações para os próximos laços;
- ❖ Participar da simulação de emergência com a logística da Polícia Militar;
- ❖ Confiar na ação da PM;

A Rede de Vizinhos Protegidos se tornou em um projeto rotineiro da PMMG, que já está presente em todas as regiões de Belo Horizonte e em mais de 1.000 bairros de todo o Estado. Somente na capital, a iniciativa atende cerca de 70 mil pessoas (PMMG. 13º BPM, {200--}).

O Projeto Rede de Vizinhos Protegidos trabalha com a mobilização de uma teoria criminológica que identifica a oportunidade do crime a partir de três pilares e busca atuar, ainda que indiretamente, em todos, quais sejam, o comportamento da vítima, a ausência da polícia e a predisposição do autor, conforme demonstra a FIG. 1 abaixo:

FIGURA 1 – TEORIA DAS OPORTUNIDADES DO CRIME



Fonte: Rede de Vizinhos Protegidos (132ª Cia. Esp. PMMG, 20--).

A figura acima representa as fases de um crime.

Predisposição do autor: os atos criminosos praticados por pessoas inescrupulosas não deixarão de existir, ainda mais em um mundo capitalista onde, para alguns, a ambição financeira impera sobre os princípios éticos e morais. A probabilidade de ocorrer um ato delituoso é grande, devido à existência de cidadãos pré-dispostos ao crime. Aproveitando a ausência, mesmo que temporária, de policiamento e o descuido da vítima em potencial, o criminoso aproveita para praticar atos ilícitos.

Comportamento da vítima: quanto maiores forem os cuidados e as precauções dos moradores, ou frequentadores de um ambiente, maior será sua segurança. O crime pode ocorrer a qualquer momento, com maior ou menor intensidade mas, diante de uma situação de violência na qual a pessoa pode se tornar vítima, ela precisa se adiantar e não reagir aos criminosos. Agindo de maneira cautelosa, a vítima em potencial pode não se envolver no crime, através de cuidados e atos proativos, com medidas de autoproteção, visando dificultar a atuação e motivação do criminoso.

Ausência da Polícia/Vigilância: conforme citado acima, o policiamento e a malha protetora da PM se intensificam em locais onde a criminalidade está atuante contudo, não há profissionais suficientes para cobrir toda extensão de uma região e nem existe a possibilidade de uma vigilância contínua a um determinado local. Quando a polícia não está presente, ou o policiamento é reduzido, o sujeito predisposto ao crime aproveita-se da situação para praticar delitos.

Os três requisitos para ocorrência do crime são aglomerados, ou seja, o crime só acontece se estes existirem concomitantemente.

É impossível falar sobre a “Rede de Vizinhos Protegidos” sem fazer algumas analogias com Foucault, em sua obra: “Vigiar e Punir”.

Foucault apresenta a tese do Panoptismo, uma modalidade de segurança, idealizada pelo inglês Jeremy Bentham no século XVIII, que consiste em um projeto arquitetônico formado

por uma torre no centro de uma construção circular periférica. Da torre, imperceptivelmente, é possível ver tudo o que acontece ao redor, é uma vigilância astuciosa, de “ver sem ser visto”.

Ainda segundo Foucault (2007, p. 162):

A inspeção funciona constantemente. O olhar está alerta em toda parte: “um corpo de milícia considerável, comandado por bons oficiais e gente de bem”, corpos de guarda nas portas, na prefeitura e em todos os bairros para tornar mais pronta a obediência do povo, e mais absoluta a autoridade dos magistrados, “assim como para vigiar todas as desordens, roubos e pilhagens”.

Na contemporaneidade podem ser vistos vários exemplos de panoptismo, através das regras de condutas sociais, mas neste trabalho serão comentados somente os exemplos relacionados ao projeto citado.

Somente a possibilidade de ser visto a todo o momento já estimula a auto-regulamentação, ou seja, o criminoso pode se sentir inibido em cometer o delito simplesmente pelo receio de estar sendo visto por algum vizinho da Rede. Assim cria-se uma barreira psicológica no sujeito que está sendo observado, de modo que ele passa a limitar suas ações, para evitar a punição.

Quando algum morador percebe qualquer atitude ou pessoa suspeita na circunvizinhança, entra em contato com a polícia para alertá-la. É a sociedade, com a participação de seus atores sociais, agindo em benefício do todo, contribuindo com a ordem e a disciplina social. Estão todos se vigiando, na tentativa de combater a violência.

Para Foucault, o modelo compacto do aparelho disciplinador deve ser:

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 2007, p. 163).

Para ter segurança os moradores aceitam, e querem ser “vigiados” informalmente e até abrem mão da sua privacidade em prol da sua segurança.

Diante disso, pode-se perceber que a “Rede de Vizinhos Protegidos” segue o que preconiza Foucault (2007): “É melhor prevenir os crimes do que ter de puni-los.

3. PROJETO REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM/MG

3.1. Descrição do Bairro Água Branca, de seu perfil de criminalidade e da atuação da PMMG na localidade

Contagem está situada na região central de Minas Gerais, a apenas 21 quilômetros da capital, Belo Horizonte. Seu sistema viário, planejado para comportar um fluxo intenso de veículos e de carga, é feito através das principais rodovias do país, a BR-381 (Fernão Dias - acesso a São Paulo), BR-262 (acesso a Vitória e Triângulo Mineiro) e a BR-040 (acesso a Brasília e Rio de Janeiro). À localização privilegiada de Contagem agregam-se atributos que fazem da cidade uma das melhores alternativas para se investir dentre eles acesso às diversas regiões. Como centro polarizador metropolitano, Contagem, conta com um sistema viário moderno e bem planejado, garantindo sua integração interna e articulação com os demais centros urbanos do país. Apesar de possuir importante parque industrial, o município não foge às suas origens, cujo povoado nasceu numa fazenda que também produz gado e produtos agrícolas, antigamente mais conhecida como Contagem das Abóboras. (<http://cidadesdigital.blogspot.com.br/p/historia-de-contagem.html>).

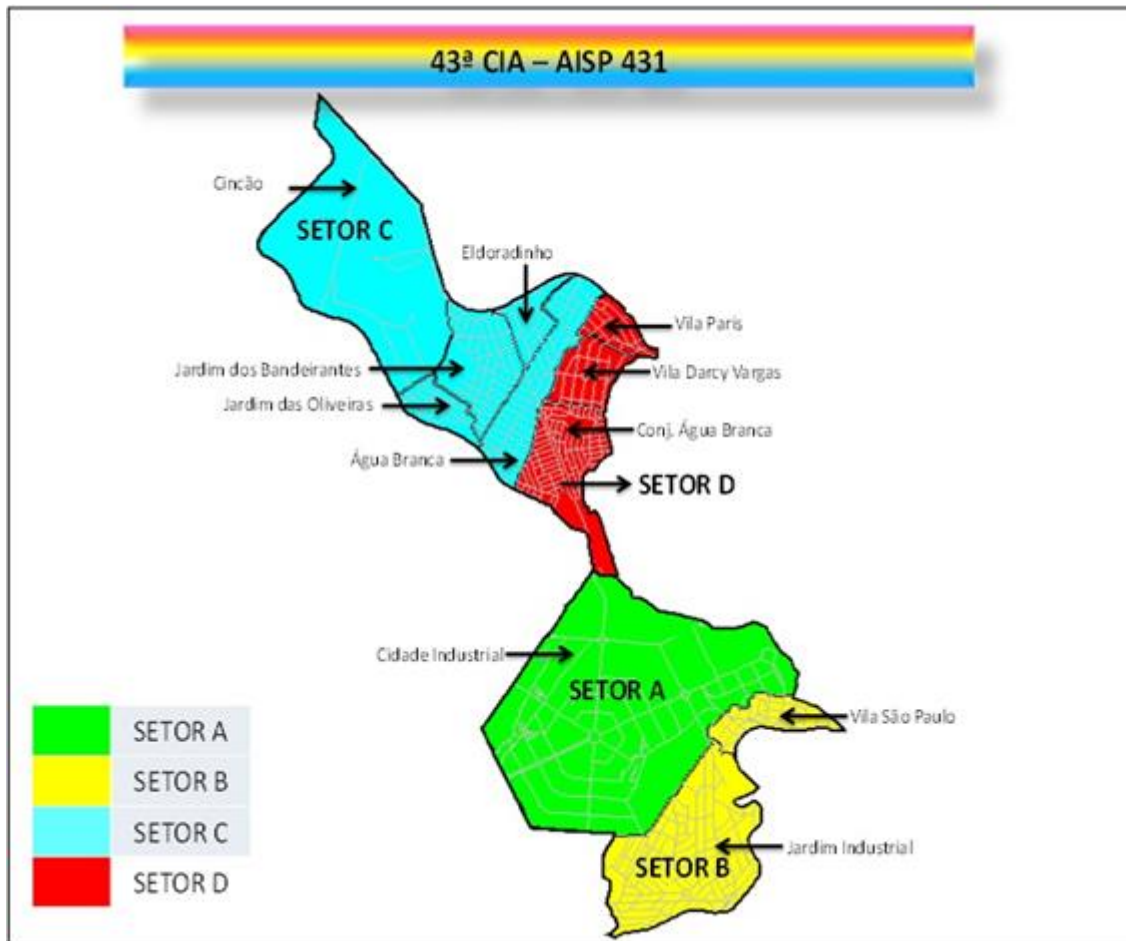
A 43ª Companhia da Polícia Militar de Minas Gerais foi criada pela Resolução nº 3848 de 13 de março de 2006, e é responsável por uma das subáreas do 39º Batalhão, sendo este, um dos responsáveis pelo policiamento ostensivo do município de Contagem.

Sua mudança para as instalações atuais que é na Avenida 2, nº 190, Bairro Conjunto Água Branca, foi iniciada em 09 de julho de 2007.

Seu espaço geográfico é composto por 12 (doze) bairros e vilas ou comunidades, sendo eles Água Branca, Jardim das Oliveiras, Jardim Bandeirantes, Cincão, Conjunto Água Branca, Eldoradinho, Cidade Industrial, Vila Barraginha, Jardim Industrial, Vila São Paulo. (FIG. 2).

E circundado por importantes vias de acesso tipo: rodovias BR 040, (Brasília/Rio de Janeiro), BR 381 (Fernão Dias), Av. Helena Vasconcelos Costa, Via Expressa de Contagem, Av. Cardeal Eugênio Pacelli, estas que interligam o município a algumas cidades da RMBH como Betim, Ibirité, Ribeirão das Neves, além de Belo Horizonte. Tem como responsabilidade atender outros conglomerados urbanos considerados como áreas de risco que são: Vila Itaú, Vila Samag, Vila Frigodiniz, Vila Barraginha e Vila Paris.

FIGURA 2 – MAPA DOS SETORES DE POLICIAMENTO DA 43ª CIA. DO 39ª BPM



Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais, 2017.

É responsável ainda, nos setores Cidade Industrial e Jardim Industrial, pelo Complexo Itaú Power Shopping, e praças que detêm uma grande concentração e circulação de pessoas, recursos e mercadorias como as praças Antônio Mourão Guimarães (mais conhecida como Praça da CEMIG), João XXIII (mais conhecida como Praça Biscoito Cardoso, antiga Aimoré) e Praça dos Trabalhadores.

Concentram-se nesta região várias empresas que operam elevados volumes de negócios, e circulação de dinheiro o que vem atraindo novos estabelecimentos comerciais e uma população flutuante acentuada, o que resulta em grande aumento da demanda por Segurança Pública.

Anterior à criação da 43ª Cia. PM, a incidência da criminalidade violenta nos bairros que hoje compõem a Subárea era bastante elevada. Com a criação desta Cia. a ação intensiva e

profissional foi revertida principalmente nos casos roubos, homicídios, tráfico de drogas e porte ilegal de armas, propiciando uma resposta imediata no quadro.

O espaço territorial sob sua responsabilidade abriga um considerável número de grandes e expressivas empresas e indústrias de Contagem.

E também é responsável pelo policiamento na Estação do Metrô Eldorado, as margens da junção da Expressa de Contagem com Av. Presidente Juscelino Kubitschek, (Via Expressa de BH), localizada na divisa da Subárea da 26ª Cia e 43ª Cia. Esta Estação tem uma considerável concentração de coletivos que fazem ligação às diversos bairros e outras cidades da RMBH, (região metropolitana de Belo Horizonte).

A 43ª Cia. possui ainda a importante parceria do CONSEP 6 que apoia a Fração nas mais variadas questões relativa direta ou indiretamente à Segurança Pública da Subárea.

Estando presente nos quadros da PMMG desde o fim dos anos 90, possuo um grande conhecimento do serviço policial por já ter servido em diversas unidades com uma longa caminhada no desempenho das mais diversas funções e tendo oportunidade de conhecer, realizar e aprimorar conhecimentos junto ao serviço policial. Contudo o policiamento comunitário ainda se mostrava uma novidade e em meados de 2011 fui movimentado para as fileiras da 43ª Cia., responsável pelo atendimento ao Bairro Água Branca e pude assim, exercer uma função específica e me aprofundar na modalidade Policiamento Comunitário, que era um fato novo em minha vida profissional.

Desde então passei a desempenhar patrulhamento ostensivo no bairro em estudo e adjacências, realizando atendimento à comunidade, desempenhando um novo trabalho, conhecendo um novo lugar e conhecendo novas pessoas.

A partir de diálogos informais com moradores, comerciantes, frequentadores e demais pessoas que trabalham ou de alguma forma convivem ou se deslocam pelas ruas do Bairro Água Branca foi possível perceber que muitos, em sua maioria demonstraram uma grande sensação de medo e insegurança, devido aos inúmeros acontecimentos que fugiram à normalidade nos limites territoriais e suas divisas. Tais fatos que colocaram em risco a integridade física e

psíquica dos próprios moradores, de seus familiares, conhecidos ou através de relatos de terceiros. Dentre esses pode-se mencionar: furtos, roubos, arrombamentos e até homicídios demonstrando assim, que existe uma necessidade de reformulação do policiamento das ruas e centros comerciais do Bairro Água Branca. Dessa forma, percebeu-se que o Policiamento Comunitário poderia ser desempenhado de uma forma mais próxima à população e se tornando mais efetivo e preventivo. Como era uma atividade nova em minha vida profissional busquei me inteirar mais dos tipos de problemas existentes no bairro e das possíveis formas de resolução, através de dados e conversas com policiais que trabalhavam há mais tempo na região do bairro citado.

3.2. Definição do CONSEP

O CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública é uma entidade de direito privado, com vida própria e independente em relação à Polícia Militar ou a qualquer outro órgão público; modalidade de associação comunitária, de utilidade pública, sem fins lucrativos, constituída no exercício do direito de associação garantido no art. 5º, XVII, da Constituição Federal / 1988, e que tem por objetivos mobilizar e congregar forças da comunidade para a discussão de problemas locais da segurança pública, no contexto municipal ou em subdivisão territorial de um Município.

Está organizado para discutir, analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas comunitários de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais. Assim, o CONSEP é um inovador ambiente de exercício da cidadania, em que os moradores residentes no espaço por ele abrangido, inteiram-se do trabalho da Polícia Militar e dos órgãos de Defesa Social, tomam consciência da complexidade da intervenção no fenômeno da criminalidade e se mobilizam no sentido do acionamento de outros setores públicos. Permite, por sua natureza, organizar pessoas e segmentos da sociedade civil para agir nas raízes de problemas crônicos que normalmente deságuam em crimes, como o ingresso de adolescentes e jovens no mundo das drogas, o desemprego e o alijamento social.

É também o local de debate e de promoção da solidariedade entre vizinhos, entre condôminos, entre classes profissionais ou segmentos da comunidade que de algum modo estejam mais expostos à ameaça da criminalidade, como taxistas, motoristas e auxiliares de coletivos, proprietários de estabelecimentos comerciais, comunidade escolar e outros. É, ainda, o meio de se criarem redes de proteção, nas quais indivíduos reúnem-se e discutem alternativas para colaborar, com atitudes e cuidados objetivos no seu dia-a-dia, para que infratores da lei tenham minimizado as possibilidades de atingir seus intentos delituosos, obstaculizando, portanto, as oportunidades para a prática de infrações, especialmente as que interferem mais na tranqüilidade pública.

Dessa forma, o CONSEP pode vir a ser o que já representa em essência: um espaço fundamental na edificação de um mundo mais solidário, menos violento, mais organizado, mais livre (http://www.consep.org.br/lista_conteudo_inst.asp?Areas=CONSEP%20-%20que%20E9%20?).

Diante do exposto acima, conclui-se que O CONSEP tem papel importante na implantação do projeto “Rede de Vizinhos Protegidos”.

E após a interação com os moradores e frequentadores do Bairro Água Branca, adjacências e em contato com o Sr. Geraldo Nascimento - atual Presidente do CONSEP, este repassou que em abril de 2016 ano foi realizada uma reunião com o Sr. Walter Gabriel - último a presidir o CONSEP, com representantes da 43ª Cia., do Governo Municipal e demais membros da comunidade local com o objetivo de discutir a viabilidade da efetiva implantação do projeto no bairro.

Em primeiro lugar o Sr. Walter esclareceu sobre as atribuições e metas do CONSEP, em seguida reafirmando que o CONSEP não faz nada se não houver o real comprometimento da comunidade, do poder público e dos próprios membros da diretoria do conselho. Daí relatou que em grande parte de sua gestão enfrentou problemas como: falta de auxílio e participação de membros de seu próprio conselho, ficando assim o trabalho comprometido e, por isso decidiu-se por desvincular do CONSEP 6. Ao finalizar o Sr. Walter enfatizou que o CONSEP somente funcionará se ocorrer um efetivo comprometimento de todos os autores envolvidos.

Após as considerações do antigo Presidente do CONSEP, o líder comunitário decidiu por traçar novas estratégias, sendo uma delas a constituição de novas chapas para a eleição da Presidência do CONSEP e demais representantes para que assim, os membros da comunidade através do direito de voto dos moradores e proprietários de estabelecimentos comerciais escolhessem a nova constituição do CONSEP. E o Presidente eleito foi o Sr. Geraldo Nascimento para a Diretoria e Coordenação do CONSEP 6.

3.3. Implantação do projeto “Rede de Vizinhos Protegidos” no Bairro Água Branca

Para uma melhor compreensão do andamento do projeto no Bairro Água Branca, também foi realizada uma entrevista com o presidente do CONSEP, que nos forneceu algumas informações importantes que puderam direcionar as ações necessárias para o sucesso de tal implantação conforme APÊNDICE B.

Importante citar que houve uma tentativa de implantação do projeto Rede em outra ocasião no mesmo bairro, porém não houve continuidade, mas não temos maiores informações e nem dados sobre os motivos da sua interrupção.

Segundo o Presidente do CONSEP, o Projeto “Rede de Vizinhos Protegidos” foi reimplementado em julho de 2016 em ruas diferentes das que anteriormente fizeram parte, demonstrando assim uma maior aceitação da população participante do que a das antigas Redes, além de estar demonstrando um melhor desempenho.

Existiu ainda a necessidade de se apresentar os benefícios do projeto para a população, pois a ação havia sido totalmente abandonada no bairro e a intenção era persistir no sucesso de sua efetivação e que o projeto atualmente conta com total apoio do comando da 43ª Cia., além de existir um fator que poderá beneficiar e muito a implementação e manutenção das novas redes: o Policial Militar escolhido para ficar à frente da coordenação do projeto já foi responsável pela execução do mesmo em outro bairro de Contagem, sob a responsabilidade de outra Cia. de outro BPM, o que possibilita uma maior probabilidade de lograr êxito em sua execução. Também foi mencionado pelo entrevistado que estava sendo verificado novas formas de envolver os moradores nesta etapa, pois só assim poderia surtir os efeitos esperados com tal implantação.

4. RESULTADOS PRETENDIDOS, ALCANÇADOS E ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA REDE EM ATUAÇÃO

Com o objetivo de entender a participação e o envolvimento da comunidade do Bairro Água Branca no projeto “Rede de Vizinhos Protegidos” foi realizada uma entrevista com 10 moradores do bairro, cujas respostas estão expostas na TAB. 1 para, a partir de uma análise, buscar propostas para auxiliar no sucesso da implantação da ação no bairro. Porém relevante salientar que do ponto de vista metodológico, a amostra definida para a pesquisa é insuficiente para ser representativa de todo o bairro, mas é ilustrativa das questões sobre mudanças como sensação de segurança e envolvimento da comunidade nos projetos comunitários.

TABELA 1: QUESTÕES QUE CARACTERIZAM O MORADOR DO BAIRRO ÁGUA BRANCA

Perguntas	Alternativas	Número de respostas
Idade	Entre 18 e 25	2
	Entre 25 e 35	3
	Entre 35 e 45	3
	Acima de 45	2
Escolaridade	Fundamental completo	1
	Médio Completo	7
	Graduação completa	2
Quanto tempo vive no bairro?	Menos de 5 anos	1
	Entre 5 e 15 anos	3
	Entre 15 e 25 anos	2
	Entre 25 e 35 anos	3
	Mais de 35 anos	1
Você conhece a rede de vizinhos?	Sim	8
	Não	2
Você já participou de reuniões do CONSEP?	Sim	0
	Não	10
Alguém da família já foi submetido a uma situação de criminalidade?	Sim	4
	Não	6
Em sua opinião o que favorece a criminalidade no bairro?	Policimento insuficiente	1
	Número de estabelecimento comercial	2
	Falta de envolvimento dos moradores com a segurança	7

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelo autor.

Conforme verificado, a maior parte dos entrevistados se encontra na faixa etária entre 25 e 45 anos, representando 60% dos entrevistados. Em relação à escolaridade, 70% declararam ter o ensino médio completo. Entre os moradores que participaram da entrevista apenas 1 que representa 10% da amostra mora no bairro há menos de 5 anos, enquanto 90% vivem no bairro há mais de 5 anos (Vide TAB. 1), demonstrando que a maioria dos moradores que aceitaram participar da pesquisa têm um maior conhecimento das questões que envolvem a comunidade, por se tratar de pessoas que conhecem bem o bairro conforme relato dos mesmos ou tem parte de suas famílias residindo no Bairro Água Branca.

Ao serem questionados sobre a “Rede de Vizinhos Protegidos”, 80% dos moradores entrevistados declararam que já ouviram falar sobre o projeto através de outros moradores do bairro e alguns disseram ter escutado através de colegas da escola ou do trabalho.

20% dos moradores declararam que não tinham nenhum conhecimento sobre a “Rede de Vizinhos Protegidos” no bairro e que não sabiam do que se tratava tal projeto, o que demonstra que a grande maioria tem conhecimento e que instituições como as escolas e empresas locais podem ser boas parceiras para disseminar o projeto.

Porém, ao serem questionados em relação à participação efetiva desses moradores nas reuniões do CONSEP, 100% dos entrevistados disseram nunca ter participado de nenhuma reunião e que não tinham conhecimento das reuniões e nem como poderiam participar, o que sugere a necessidade de melhor divulgação do projeto entre os moradores para garantir o sucesso do mesmo.

Quanto ao contato com a criminalidade, 60% responderam que não se lembra de qualquer pessoa da família que tivesse sido vítima de crime no Bairro Água Branca, enquanto 40% disseram que já foram ou alguém da família foi exposto a alguma ação criminosa no bairro. Índice alto, fato que reforça ainda mais a necessidade de implantação de projetos que reduzam a criminalidade no local.

Ao serem questionados quanto à percepção dos mesmos em relação aos fatos que podem aumentar o índice de criminalidade no bairro, 70% dos moradores participantes responderam que se sentiam corresponsáveis pela segurança do bairro, portanto a falta de envolvimento dos

moradores com as questões de segurança do bairro podem sim contribuir para o aumento das ações criminosas no local. Isto demonstra uma conscientização dos moradores, o que pode ser utilizado a favor da implantação do projeto.

Para verificar o interesse do morador em participar do projeto e a percepção do mesmo em relação à parceria PM/COMUNIDADE, foram realizados outros questionamentos, cujos resultados se apresentam na TAB. 2, a seguir:

**TABELA 2 - QUESTÕES QUE CARACTERIZAM O PROJETO
“REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS”**

Perguntas	Alternativas	Número de respostas
Havia interesse por parte do morador em fazer parte da Rede de Vizinhos Protegidos?	• Sim	8
	• Não	2
Quais os maiores benefícios que o bairro pode vivenciar ao participar do projeto?	• Redução da criminalidade	2
	• Maior aproximação da sociedade com a PM	7
	• Melhor qualidade de vida para os moradores	1
A Polícia participa ativamente da discussão das questões de segurança pública junto à comunidade local?	• Sim	4
	• Não	2
	• Não respondeu	4
Qual a percepção que o morador tem da PM local?	• Acessível à comunidade	1
	• Afastada da Comunidade	6
	• Parceira da comunidade	1
	• Não respondeu	2
Em sua opinião quem tem maior responsabilidade com o sucesso do projeto de Rede de Vizinhos Protegidos?	• PM local	2
	• Moradores	0
	• PM e moradores em conjunto	6
	• Não respondeu	2
Você vê relação entre a implantação do projeto de Rede de Vizinhos Protegidos e a redução da criminalidade em seu bairro?	• Sim	6
	• Não	3
	• Não respondeu	1
Em sua opinião, a quantidade de policiais e viaturas da PM que atendem ao seu bairro é o suficiente?	• Sim	1
	• Não	6
	• Não respondeu	3

Em sua opinião como os moradores podem contribuir de forma mais efetiva com o bom funcionamento do projeto?	• Participando das reuniões	1
	• Sendo vigilantes com seus vizinhos	2
	• Informando à polícia sobre as atividades suspeitas no bairro	6
	• Usando a placa de identificação	1
Em sua opinião como a PM pode contribuir de forma mais efetiva com o bom funcionamento do projeto?	• Escutando a comunidade	6
	• Direcionando um número maior de policiais ao bairro	3
	• Não respondeu	1

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelo autor.

Conforme exposto na tabela acima, ao serem questionados sobre o interesse em participar de forma efetiva no projeto “Redes de Vizinhos Protegidos” no Bairro Água Branca, 80% dos moradores entrevistados disseram que têm grande interesse em participar, enquanto 20% dos entrevistados relataram que não têm interesse por não saber os benefícios que poderiam obter. Esses moradores que não se interessam por participar do projeto são os mesmos que anteriormente responderam que nunca ouviram falar da Rede, fato que leva também a reforçar a necessidade de melhor divulgação do projeto junto à comunidade para aumentar a chance de sucesso nesta nova etapa de implementação da Rede.

Foi questionado aos moradores em relação à sua percepção quanto aos benefícios que a comunidade poderia vivenciar com a implantação e manutenção do projeto “Redes de Vizinhos Protegidos” no bairro, e a maioria, representada por 70% dos entrevistados responderam que um grande benefício seria a aproximação da comunidade à PM, o que poderia facilitar o acesso dos moradores às suas ações.

Ao serem questionados sobre a participação da PM na discussão das questões de segurança do Bairro Água Branca, 40% dos entrevistados diz ter a percepção que a PM participa destas discussões, 20% relatou que não percebem qualquer tipo de participação da PM nas discussões relacionadas a segurança do bairro e 40% dos moradores não quiseram ou não souberam responder. Ainda relacionado à percepção do morador em relação à PM, 60% dos moradores manifestaram que sentem a PM totalmente afastada da comunidade. O que reforça a

importância do projeto, que irá aumentar a aproximação da PM à comunidade local, melhorando esta percepção dos moradores em relação ao envolvimento da instituição na região.

Após explicações sobre a metodologia do projeto “Rede de Vizinhos Protegidos”, os entrevistados foram questionados quanto à responsabilidade em relação ao sucesso da implantação do projeto no bairro, sendo que 20% acreditam que a responsabilidade cabe inteiramente à PM, 60% dos entrevistados disseram que essa responsabilidade é da PM e moradores em parceria e 20% não quiseram ou não souberam responder.

Ao serem questionados quanto à percepção da implantação do projeto e a possibilidade de redução da criminalidade no bairro, 60% dos entrevistados disseram que acreditam que a implantação do projeto pode reduzir a criminalidade, 30% não acreditam que a criminalidade possa reduzir com o projeto e 10% não quiseram ou não souberam responder.

Um trabalho de conscientização e a divulgação dos resultados do projeto em outras regiões onde o mesmo já esteja ocorrendo poderá melhorar a percepção da população e trazer maior envolvimento dos moradores.

Em relação ao número de policiais e viaturas no Bairro Água Branca, 60% dos entrevistados disseram que percebem a quantidade insuficiente para atender a todas as ocorrências do bairro, 10% dos moradores acreditam que os policiais e viaturas são o suficiente para atender o local e 30% não quiseram ou não souberam responder.

De acordo com a teoria da oportunidade trilogia do crime, a ausência de um policiamento suficiente pode incentivar a ação dos sujeitos predispostos ao crime. E essas questões podem ser levantadas pela população e discutidas em reuniões do CONSEP, para verificar ações que possam suprir este problema e para se definir os locais onde há maior índice de criminalidade visando reforçar o trabalho da PM nesses.

Quanto à participação da comunidade e da PM para o bom funcionamento do projeto, a maioria dos entrevistados, correspondendo a 60% da amostra acreditam que a comunidade pode contribuir melhor com o projeto informando à PM sobre qualquer atitude suspeita na

região, auxiliando assim as ações dos policiais e inibindo as ações dos criminosos no local, quanto à contribuição da PM no sucesso do projeto, 60% dos entrevistados disseram que a melhor forma de se envolverem é escutando a comunidade, pois os moradores conhecem os problemas do bairro. Com isto pode-se perceber que a melhor maneira de implementar as ações do projeto “Redes de Vizinhos Protegidos” e obter sucesso nos resultados é criando uma relação de respeito e diálogo entre comunidade e PM e trabalhar para que haja o envolvimento de todos os participantes.

Em relação ao andamento do projeto no bairro foram apresentados os seguintes dados: atualmente 5 ruas já aderiram à Rede, sendo que 4 dessas se encontram estão próximas e 1 rua se encontra afastada, sendo que o objetivo é ir anexando outras ruas, até que todas estejam envolvidas, criando assim uma grande rede.

Desde o retorno do projeto ocorreram 5 reuniões do CONSEP onde foi discutido com a população a metodologia do projeto e as formas de trabalhar com prevenção nas questões de segurança do bairro. E foi relatado que ainda não fora possível identificar todas as residências participantes com a placa padronizada, mas que isto está sendo realizado, porém já se pode observar uma maior tranquilidade dos moradores das ruas participantes que se mostraram mais confiantes com a presença da PM no local e conhecendo o projeto.

Ainda para o Presidente do CONSEP, um fator muito importante foi a melhoria da relação com a PM, pois segundo o mesmo, antes da implantação do projeto o único canal de comunicação era via Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) por meio do número 190 que estava sempre sobrecarregado, e muitas vezes não era possível registrar uma ocorrência em tempo hábil para ser solucionada. Agora com a aproximação da PM é possível repassar informações de forma preventiva e quando ocorrer algum ato suspeito pode-se recorrer aos policias locais. Observa-se que existe um otimismo por parte do Presidente do CONSEP, o que pode auxiliar no sucesso desta nova fase de implantação da Rede.

Outra informação importante para a análise de resultados obtidos com o reinício da implantação do projeto de “Rede de Vizinhos Protegidos” pode ser observada nas TABELAS 3 e 4 a seguir:

TABELA 3: TOTAL DE CRIMES REGISTRADOS NO BAIRRO ÁGUA BRANCA NOS PERÍODOS DE 2015 E 2016

CRIMES VIOLENTOS BAIRRO ÁGUA BRANCA JUL / AGO				
BAIRRO	2015	2016	TOTAL	%
ÁGUA BRANCA	36	26	62	-28%
TOTAL	36	26	62	-28%

Fonte: SINDS/REDS.

TABELA 4: ESPECIFICAÇÃO DOS CRIMES NO BAIRRO ÁGUA BRANCA NOS PERÍODOS DE 2015 E 2016

CRIMES VIOLENTOS BAIRRO AGUA BRANCA JUL / AGO			
NATUREZA	2015	2016	%
ESTUPRO	1	0	-100%
HOMICÍDIO	1	1	0%
ROUBO	34	25	-26%
TOTAL	36	26	-28%

Fonte: SINDS/REDS.

De acordo com dados estatísticos obtidos através da 43ª Cia., pode-se considerar que houve uma tendência de redução da criminalidade no Bairro Água Branca no ano de 2016 após a reimplantação do projeto, segundo os números acima. E com estes percebe-se que o projeto tende a apresentar eficácia, mas para tanto deve haver o empenho de todos os atores envolvidos para o sucesso da Rede no Bairro Água Branca.

5. CONCLUSÃO

Existindo plena confiança entre as pessoas integrantes de uma comunidade e seus respectivos profissionais de segurança pública atuantes no local, cada vez maior será a consolidação e o fortalecimento do elo entre a Polícia e a Comunidade e com a interatividade mais acentuada, a população poderá ser mais bem atendida e compreendida.

Após a efetiva implementação do projeto “Rede de Vizinhos Protegidos” no setor C/D, composto pelos Bairros Água Branca, Conjunto Água Branca, Jardim das Oliveiras, Jardim Bandeirantes, Eldoradinho e Darci Vargas, a cada dia se busca uma disseminação e consolidação das formas de atuação da Rede. A partir do momento em que se demonstrarem bons resultados, mais pessoas se mostrarão interessadas em conhecer a modalidade da “Rede de Vizinhos Protegidos” e maior será o interesse em aderir a tal procedimento, podendo assim colher bons frutos, que é a tão sonhada tranquilidade ansiada por toda a sociedade.

Conforme o que foi exposto neste trabalho, a 43ª Cia., responsável pela segurança do bairro escolhido para a demonstração do referido projeto e seu estudo, ainda enfrenta dificuldades para aprimorar a “Rede de Vizinhos Protegidos”, mas vem se empenhando constantemente no intuito de diminuir as dificuldades para que o projeto definitivamente obtenha sucesso.

Vem buscando, por meio de uma maior aproximação com a comunidade, mais parceiros para que o projeto seja amplamente conhecido e difundido não somente no setor C/D, mas também em seus demais setores, através do despertar da sociedade da importância da parceria POLÍCIA/COMUNIDADE, mesmo com um dos seus maiores problemas que é a falta de profissionais (efetivo policial) para consolidar e ter maiores e melhores resultados em sua área de implantação.

Com o aprimoramento do Projeto “Rede de Vizinhos Protegidos” nos limites do Bairro Água Branca, a comunidade poderá contar com outras formas de vigília e proteção, pois as redes uma vez implementadas, com todos os participantes interligados através dos meios de contato como telefone, *Whatsapp* estarão mais próximas proporcionando assim, maior sensação de segurança e proteção entre todos os envolvidos.

Com as explicações do referido trabalho pretendeu-se constatar que a implantação da “Rede de Vizinhos Protegidos” poderá auxiliar diretamente no combate à criminalidade, porém é certo que a Rede não será a única alternativa para se combater a violência no Bairro Água Branca e demais bairros em seu entorno, mas poderá formar uma grande parceria com a Polícia, auxiliando diretamente o policiamento local no enfrentamento dos problemas da comunidade no que se refere à segurança pública.

Com a redução dos índices de criminalidade, reduzirá também o sentimento de medo que tanto incomoda às pessoas que convivem e transitam pelo bairro e por suas adjacências.

A participação da população é essencial para a diminuição da violência. Não basta apenas cobrar e esperar pelas atuações do Estado, mas sim, interagir, sobretudo em ações sociais e práticas, pois, de acordo com Foucault (2007): “É melhor prevenir os crimes do que puni-los”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JUNIOR, Gualter de Souza. Novos ensaios sobre a dignidade humana: perspectiva do estado de direito democrático. In: MEIRA, José Boanerges; MOTA, Lindomar Rocha (Orgs.). **Teoria do direito e conflitos jurídicos**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

BRASIL. Luiz Flávio Gomes (Org.). **Código penal, código de processo penal, constituição federal, legislação penal e processual penal**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. (RT Mini Códigos).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CONSEP. **O que é.** Disponível em: http://www.consep.org.br/lista_conteudo_inst.asp?Areas=CONSEP%20-%20O%20que%20E%20?. Acesso em: 26 mar. 2018.

EMIDIO, Lucas Mateus de Souza. **Análise dos reflexos na segurança pública com a implementação do Projeto Rede de Vizinhos Protegidos pela 133ª Companhia da Polícia Militar do 18º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2011. Monografia (Especialização) - Fundação João Pinheiro; CESP, Belo Horizonte, 2011.

FERREIRA, Roberto Kalil. A evolução histórica do conceito cristão de justiça retributiva e sua repercussão no direito moderno. In: MEIRA, José Boanerges; MOTA, Lindomar Rocha (Orgs.). **Teoria do direito e conflitos jurídicos**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

HISTÓRIA DE CONTAGEM. Disponível em: <http://cidadesdigital.blogspot.com.br/p/historia-de-contagem.html>. Acesso em: 13 dez. 2016.

LOPES, Corinne Julie Ribeiro; BATELLA, Wagner. O Papel da Comunidade na Redução da Criminalidade e a Experiência da Rede de Vizinhos Protegidos. **Revista LEVS/UNESP**, Marília, n. 6, dez. 2010.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. 132ª Cia. **Cartilha Rede de Vizinhos Protegidos**. [s.n.t].

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Instrução normativa 3.03.11/2011: CG**. Belo Horizonte: PMMG, 2011.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Instrução da rede de vizinhos protegidos.** [s.n.t.].

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Portal de notícias institucional.** Contagem – Mais bairros recebem a Rede de Vizinhos. 2013a. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/principal.action>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Portal de notícias institucional.** Contagem – PM lança Rede de Comércio Protegidos. 2013b. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/conteudo.action?conteudo=19594&tipoConteudo=noticia&act=enviarEmail>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. 13º BPM. **Rede de vizinhos protegidos.** Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/13bpm/conteudo.action?conteudo=3223&tipoConteudo=destaque>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Portfólio operacional PMMG**, 2015. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/52bpm/conteudo.action?conteudo=1886&tipoConteudo=itemMenu/policiamentocomunitario>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Estatuto do pessoal da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.** 1969. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=5301&comp=&ano=1969&texto=original>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **SIDS - Sistema Integrado de Defesa Social – PMMG.** Disponível em: <<https://web.sids.mg.gov.br/reds/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

SOARES, Rodrigo Victor Foureaux. **Análise da implantação do projeto rede de vizinhos protegidos.** 2007. Monografia (Graduação CFO) - Centro de Ensino de Graduação PMMG. Belo Horizonte, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Manual de policiamento comunitário: polícia e comunidade na construção da segurança.** Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down247.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2016.

ANEXOS

ANEXO A – CARTILHA CONTENDO ORIENTAÇÕES DE SEGURANÇA RESIDENCIAL DISTRIBUÍDA PELA PMMG À COMUNIDADE E UTILIZADA PELO PROJETO REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS

AJUDE A PM



A TE AJUDAR

PREZADO MORADOR!

ESTIVEMOS EM SUA RESIDÊNCIA DURANTE O PATRULHAMENTO DE ROTINA E CONSTATAMOS ALGUNS PONTOS VULNERÁVEIS QUE PODEM SER ALVO DA AÇÃO DE ARROMBADORES E OUTROS MARGINAIS. É NECESSÁRIO AGIR PREVENTIVAMENTE, DE FORMA QUE A AÇÃO DE CIDADÃOS INFRATORES SEJA DIFICULTADA AO MÁXIMO. OBSERVE OS ÍTEMS ASSINALADOS E ADOTE AS MEDIDAS NECESSÁRIAS.

-  O muro de seu imóvel apresenta falhas, locais de fácil passagem ou altura desproporcional ao nível da rua;
-  O portão da garagem estava aberto ou com locais propícios à passagem de pessoas de estatura pequena;
-  Sua janela é de fácil acesso e estava aberta ou com os vidros quebrados;
-  A entrada diante de seu imóvel está mal iluminada;
-  Ao acionar sua campainha, abriram a porta sem pedir identificação;
-  O hall de entrada de seu edifício é de fácil acesso;
-  Você esqueceu objetos na área externa que atraem a atenção de marginais ou facilitam o arrombamento;
-  O interfone estava com defeito e alguém abriu o portão para identificar a pessoa que chamava;
-  Sua janela propicia a visão de objetos de valor da rua, o que atrai a atenção de marginais;
-  O portão da sua casa apresentava cadeado do lado de fora, denunciando a saída de moradores;
-  Seu jardim está mal cuidado, dando idéia de abandono;
-  Outros: _____

Para sua segurança, tente solucionar o problema ou entre em contato com a Polícia Militar.



Nome do PM: _____

Apoio: **POLÍCIA MILITAR**
DE MINAS GERAIS
Nossa profissão, sua vida

ANEXO B – MODELO DE PLACA PARA RESIDÊNCIAS PARTICIPANTES DO PROJETO REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA DA PMMG



Fonte: Arquivo da PMMG, 2016.

ANEXO C – CARTA-CONVITE DO PROJETO REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS DISTRIBUÍDA PELA PMMG À COMUNIDADE

Caro Morador,

*Você está sendo convidado a conhecer e participar da **REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS** juntamente com outros vizinhos!*

*Você deve estar se perguntando: O que é **REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS**?*

*Eu Respondo: É o conjunto de pessoas, organizadas para executarem ações sistematizadas com o objetivo de coibir as ações criminosas e garantir a segurança através do repasse imediato à PMMG, das informações e obtidas pelos participantes da **REDE**!*

Este projeto teve início no mês de Agosto de 2004 em algumas ruas do Bairro Caiçara pelo Comando da 9ª Cia. Esp-34º BPM, quando constatou que vizinhos que moravam próximos há muito tempo, mal se conheciam.

***BASICAMENTE**, é um trabalho Comunitário, orientado e apoiado pela PMMG, onde os próprios moradores adotam estratégias e comportamentos para se protegerem mutuamente, através de atitudes solidárias, trocando a oportunidade dada pela vítima por cuidados e ações pró-ativas que dificultam as ações de criminosos. Estes dificultadores contribuem para a melhoria da proteção pessoal e patrimonial.*

*O funcionamento de uma **REDE** não tem custo algum para seus participantes, é de fácil implantação, com retorno imediato e não tem tempo fixo de funcionamento, além de estar sempre crescendo!*

A sua participação é de fundamental importância na prevenção/redução da criminalidade. Através de pequenas mudanças de comportamento e maior solidariedade vamos juntos, PMMG e comunidade, melhor e mais agradável de viver.

LEMBRE-SE: SEGURANÇA PÚBLICA É DEVER DO ESTADO, MAS É TAMBÉM RESPONSABILIDADE DE TODOS!

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS PARA COLETAR DADOS JUNTO AOS MORADORES

QUESTÕES QUE CARACTERIZAM O MORADOR DO BAIRRO ÁGUA BRANCA:

1 – Qual a idade?

Entre 18 e 25	Entre 25 e 35	Entre 35 e 45	Acima de 45
---------------	---------------	---------------	-------------

2 – Qual a escolaridade?

Sem alfabetização	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto
Ensino Médio Completo	Graduação	Pós-graduação	Mestre ou Doutor

3 – Há quanto tempo vive no bairro?

Abaixo de 5 anos	Entre 5 e 15 anos	Entre 15 e 25 anos	Entre 25 e 35 anos	Acima de 35 anos
------------------	-------------------	--------------------	--------------------	------------------

4 – Você conhece o projeto Rede de Vizinhos Protegidos ou já ouviu falar sobre ele?

Sim	Não
-----	-----

5 – Você já participou de reuniões do CONSEP, sabe o que significa ou para que serve?

Sim	Não
-----	-----

6 – Você ou alguém da sua família já foi vítima de algum tipo de crime?

Sim	Não	Não respondeu
-----	-----	---------------

7 – Em sua opinião o que favorece a criminalidade no bairro?

Policamento insuficiente	Número de estabelecimentos comerciais	Falta de envolvimento dos moradores com a segurança	Não respondeu
--------------------------	---------------------------------------	---	---------------

QUESTÕES QUE CARACTERIZAM O PROJETO REDES DE VIZINHOS PROTEGIDOS:

8 – Haveria interesse por parte do morador em fazer parte do projeto de rede de vizinhos protegidos

Sim	Não	Não respondeu
-----	-----	---------------

9 – Quais os maiores benefícios você acredita que o bairro pode vivenciar ao participar do projeto redes de vizinhos protegidos?

Redução da criminalidade	Maior aproximação da sociedade com a PM	Valorização do bairro	Melhor qualidade de vida para os moradores	Outros	Não respondeu
--------------------------	---	-----------------------	--	--------	---------------

10 – A polícia participa ativamente da discussão das questões de segurança pública junto a comunidade local?

Sim	Não	Não respondeu
-----	-----	---------------

11 – Como morador qual a percepção que você tem da atuação da PM no bairro?

Acessível à comunidade	Afastada da comunidade	Parceira da comunidade	Outros	Não respondeu
------------------------	------------------------	------------------------	--------	---------------

12 – Na sua opinião quem tem maior responsabilidade com o sucesso do projeto Redes de Vizinhos Protegidos?

PM local	Os moradores	Moradores e PM em conjunto	Não respondeu
----------	--------------	----------------------------	---------------

13 – Você vê relação entre a implantação do projeto Redes de Vizinhos Protegidos e a redução da criminalidade em seu bairro?

Sim	Não	Não respondeu
-----	-----	---------------

14 – Em sua opinião, a quantidade de policiais e viaturas da PM que atendem ao seu bairro é o suficiente?

Suficiente	Insuficiente	Não respondeu
------------	--------------	---------------

15 – Em sua opinião como os moradores podem contribuir de forma mais efetiva com o bom funcionamento do projeto?

Participando das reuniões	Sendo vigilantes com seus vizinhos	Informando à polícia sobre as atividades suspeitas no bairro	Usando a placa de identificação
---------------------------	------------------------------------	--	---------------------------------

16 – Em sua opinião como a PM pode contribuir de forma mais efetiva com o bom funcionamento do projeto?

Ouvindo à comunidade	Direcionando um número maior de policiais ao bairro	Não respondeu
----------------------	---	---------------

APÊNDICE B - Questões direcionadas ao Presidente do CONSEP e Líder comunitário:

17 - Quando o projeto foi reiniciado, reativado e por quê?

18 – Atualmente há quantas ruas participantes?

19 - Houve quantas reuniões desde que recomeçou o projeto de implantação?

20 – Quais os assuntos que foram discutidos nessas reuniões?

21 - As cinco ruas são próximas umas das outras (a Rede é fechada, ou espalhada)?

22 – Hoje todas as casas estão identificadas com as placas do projeto?

23 - Já houve algum caso em que o combinado nas reuniões da execução do projeto auxiliou na prática junto à PMMG? (Ex.: alguém já relatou alguma suspeição, coibiu algum tipo de crime, verificação de indivíduos em movimentação suspeita). E qual foi a forma de atuação dos participantes?

24 – Qual é a avaliação do projeto sob o ponto de vista da relação da polícia com a comunidade (aproximou mais após o projeto)? E sob o ponto de vista da sensação de segurança dos moradores (já é possível avaliar se houve melhora)?